

INSTITUTO
 Documentação
 Fonte: OESP/Notas e Inform.
 Data: 18/10/2003 Pg. 13
 Class.: 30

A Billings ameaçada

A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo aprovou projeto de lei que libera a construção de shoppings, supermercados, lanchonetes, indústrias não-poluentes, garagens de empresas de transporte e depósitos nas margens da Represa Billings. Além dos loteamentos clandestinos que, estima-se, reúnem 600 mil pessoas em casbres desprovidos de ligações de água e esgoto nas redondezas do manancial, virão agora os pólos geradores de tráfego e toda a degradação consequente, como a poluição do ar, a contaminação das águas e o assoreamento dos rios.

O presidente da Câmara local, Laurentino Hilário (PSDB), explicou que o que fizeram os vereadores foi acabar "com a hipocrisia". Acabaram com o pouco que havia em defesa do meio

ambiente. Ao modificar a lei municipal que impedia qualquer ocupação nos arredores da represa, os vereadores promoveram um retrocesso de pelo menos quatro décadas na legislação ambiental. Nos anos 60/70, as invasões de terra nas vizinhanças da Billings se intensificaram e a inércia do poder público se justificava com base na falta de leis específicas. Agora, as autoridades de São Bernardo do Campo têm respaldo legal para a defesa de um dos mais importantes mananciais de São Paulo, mas, ao contrário, contribuem para a sua degradação.

Preferiram a contramão da história, surpreendendo a todos. Atenderam, no entanto, aos apelos dos empreendedores que, atraídos pela valorização da região decorrente da construção da Nova Imigrantes e do próximo trecho do Rodanel - ligando as Rodovias

Anchieta e Imigrantes à Regis Bittencourt, o que facilitará o acesso ao Porto de Santos -, querem garantir já sua porção de terra. Em tempos de comércio eletrônico, os grandes centros de distribuição de produtos localizados às margens das rodovias tornaram-se o sonho da indústria e do comércio. Shoppings cravados em áreas abundantemente verdes, assim como lanchonetes, certamente, se transformarão facilmente em grande atração para o público.

Além de destruir a vegetação, esses empreendimentos afetarão a capacidade de armazenamento dos reservatórios próximos e a qualidade das águas já comprometidas pelo esgoto doméstico dos loteamentos irregulares. Antes das ocupações existentes, o tratamento de água exigido pela Billings era sete vezes mais barato do que o necessário atualmente.

O secretário estadual do Meio Ambiente, José Goldemberg, garante que a iniciativa da Câmara de São Bernardo não traz riscos de danos ambientais. Segundo ele, qualquer empreendimento terá de passar pela secretaria. "Se alguém está com expectativa de fazer especulação imobiliária, está perdendo tempo", afirmou. O coordenador do Projeto Billings, *Eu Te Quero Viva*, afirmou, no entanto, que entrará com representação no Ministério Público Estadual (MPE) contra o projeto.

Atitude sensata. Afinal, se o governo estadual tivesse de fato interesse em preservar os mananciais, não teria um número tão reduzido de fiscais atuando na região nem seria tão lento na elaboração de legislação específica para as Represas Billings e Guarapiranga.

A Câmara de São Bernardo aprova construções nas margens da represa